



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

VERÔNICA DIAS DA SILVA

**CATALOGAÇÃO E MARCADORES SOCIAIS:
ATRIBUTOS DE DESCRIÇÃO ADOTADOS PELA BIBLIOTECA
CENTRAL DO ESTADO DA BAHIA**

**SALVADOR
2024**

VERÔNICA DIAS DA SILVA

**CATALOGAÇÃO E MARCADORES SOCIAIS:
ATRIBUTOS DE DESCRIÇÃO ADOTADOS PELA BIBLIOTECA
CENTRAL DO ESTADO DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia e Documentação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia e Documentação.

Orientadora: Prof.^a Dr^a. Ana Claudia Medeiros de Sousa

**SALVADOR
2024**

S586 Silva, Verônica Dias da

Catalogação e marcadores sociais: atributos de descrição adotados pela Biblioteca Central do Estado da Bahia / Verônica Dias da Silva, 2024.

57 f., il.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Ana Claudia Medeiros de Sousa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Biblioteconomia)
– Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2025.

1. Catalogação. 2. Representação descritiva. 3. Marcadores sociais. 4. Biblioteca pública. II.Título.

CDU 026 (043.2)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
COLEGIADO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



ATO DE APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DE MONOGRAFIA

Aluno: Verônica Dias da Silva (221119139)

Título da Monografia:

**Catalogação e marcadores sociais: atributos a descrição adotados pela
Biblioteca Central do Estado da Bahia**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Biblioteconomia e Documentação
da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para conclusão do curso.

RESULTADO:

DATA: 10/02/2025

Média Final:

Ana Claudia Medeiros de Sousa
Ana Claudia Medeiros de Sousa
Professora Orientadora

Nota: 10,00

Carolina de Souza Santana
Carolina de Souza Santana
Professora Membro da Comissão Avaliadora

Nota: 10,0

Jamilli Cristina da Silva Quaresma
Jamilli Cristina da Silva Quaresma
Professora Membro da Comissão Avaliadora

Nota: 10,00

DEDICATÓRIA

À minha tia, Ana Cristina (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, pelo suporte incondicional desde os estágios iniciais da minha educação até este momento tão significativo. Sua paciência com minhas indecisões sobre qual curso seguir e seu apoio constante foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos meus amigos, especialmente aos *mutuals*, que pacientemente ouviram meus dramas e me apoiaram com suas experiências e palavras de ânimo ao longo deste processo, meu muito obrigado. Não citarei nomes, mas cada um de vocês foi uma parte fundamental na minha caminhada.

E, sobretudo, agradeço à minha orientadora, pela orientação, sabedoria e paciência. Sua dedicação, comprometimento e apoio contínuo foram determinantes para a conclusão deste trabalho. Sua experiência e visão foram essenciais para que eu pudesse realizar este projeto.

RESUMO

Este trabalho aborda a catalogação na Biblioteca Central do Estado da Bahia (BCEB), focando na inclusão de marcadores sociais que evidenciem a representatividade de autores negros. As práticas de catalogação, defendidas como neutras no campo científico da Biblioteconomia, refletem desigualdades sociais, limitando o acesso equitativo à informação. O estudo teve como objetivo geral evidenciar os atributos de representação adotados pela BCEB na catalogação de obras de autores(as) negros(as). Como objetivos específicos, buscamos apontar atributos adotados na catalogação que fazem alusão aos marcadores sociais dos autores(as); identificar os campos do MARC adotados para registrar os referidos atributos; e refletir de que maneira as diretrizes normativas e os formatos de catalogação contribuem para a indexação e disseminação de marcadores sociais. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi conduzida como um estudo de caso e incluiu entrevistas com bibliotecárias e análise documental de títulos presentes no catálogo online da BCEB. Os resultados revelaram que, apesar do uso de normas como AACR2 e MARC 21, as práticas inclusivas ainda estão em estágio inicial. Poucas obras utilizam terminologias nos subcampos do MARC 21 que identificam autores negros e outros subcampos para registrar marcadores sociais dos autores ainda não é amplamente adotado. Conclui-se que a adoção de práticas catalográficas inclusivas é essencial para romper com a invisibilidade histórica de autores negros e garantir que as bibliotecas públicas atuem como espaços democráticos de transformação social. A inclusão de marcadores sociais não apenas facilita a recuperação da informação, mas também promove diversidade, justiça social e pertencimento. Dessa forma, o estudo reforça a importância de uma abordagem crítica na catalogação, capaz de refletir a pluralidade cultural e social presente na sociedade brasileira, especialmente em um estado como a Bahia, com a maior população negra do país.

Palavras-chave: Catalogação; representação descritiva; marcadores sociais; biblioteca pública.

ABSTRACT

This study addresses cataloging at the Biblioteca Central do Estado da Bahia (BCEB), focusing on the inclusion of social markers to highlight the representation of Black authors. Cataloging practices, often considered neutral in the scientific field of Library Science, reflect social inequalities, limiting equitable access to information. The study's primary objective was to examine the cataloging attributes used at BCEB to represent black authors, analyzing MARC 21 fields and the normative principles adopted. The specific objectives are to identify the attributes adopted in cataloging that reference the social markers of the authors; identify the MARC fields used to record these attributes; and analyze how normative guidelines and cataloging formats contribute to the indexing and dissemination of social markers. The research, based on a qualitative approach, was conducted as a case study and included interviews with librarians and document analysis of titles available in BCEB's online catalog. The results revealed that, despite using standards such as AACR2 and MARC 21, inclusive practices remain at an early stage. Few works use terminologies in MARC 21 subfields to identify black authors, and the adoption of other subfields for recording authors' social markers is not yet widespread. The study concludes that adopting inclusive cataloging practices is essential to address the historical invisibility of Black authors and ensure that public libraries serve as democratic spaces for social transformation. Including social markers not only facilitates information retrieval but also promotes diversity, social justice, and belonging. Thus, the study underscores the importance of a critical approach to cataloging, capable of reflecting the cultural and social plurality of Brazilian society, particularly in a state like Bahia, which has the largest Black population in the country.

Keywords: Cataloging; descriptive representation; social labels; public library

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Registros dos livros Alika e Contemporaneidades periféricas.....	39
Figura 2 - Registro do livro de A ialorixá e o Pajé.....	40
Figura 3 - Registro dos livros As faces da miscigenação e Já fui água um dia.....	41
Figura 4 - Registro do livro Flores de ébano.....	41
Figura 5 - Registro do livro As mulheres de Abayomi.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR	Código de Catalogação Anglo-Americano
AACR2	Código de Catalogação Anglo-Americano - 2ª edição
ALA	American Library Association
BCEB	Biblioteca Central do Estado da Bahia
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CLA	Canadian Library Association
FPC	Fundação Pedro Calmon
FRBR	Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos
FRAD	Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade
FRSAD	Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto
GETEC	Gerenciamento Técnico
LC	Library of Congress
MARC 21	Machine Readable Cataloging

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	15
2.1 CATALOGAÇÃO.....	15
2.2 BIBLIOTECA PÚBLICA.....	19
2.3 MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA: ALGUMAS REFLEXÕES.....	23
3 METODOLOGIA.....	28
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	28
3.2 COLETA DE DADOS.....	29
3.3 UNIVERSO E AMOSTRA.....	29
3.4 CORPUS DA PESQUISA.....	30
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	32
4.1 ATRIBUTOS ADOTADOS NA CATALOGAÇÃO DA BCEB QUE FAZEM ALUSÃO AOS MARCADORES SOCIAIS DAS AUTORIAS.....	32
4.2 CAMPOS DO MARC ADOTADOS PARA REGISTRAR OS ATRIBUTOS.....	37
4.3 DIRETRIZES NORMATIVAS E OS FORMATOS DE CATALOGAÇÃO CONTRIBUEM PARA A INDEXAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE MARCADORES SOCIAIS.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXO A - REGISTRO DO LIVRO A COR DO PRECONCEITO.....	53
ANEXO B - REGISTRO DO LIVRO GOSTO DE ÁFRICA: HISTÓRIAS E LÁ E DAQUI.....	54
ANEXO C - REGISTRO DO LIVRO TUNDE E AS AVES MISTERIOSAS.....	55
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	56
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	57

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas têm como objetivo preservar, armazenar, organizar e disseminar conhecimento, provendo informação a todos, sem distinção. No campo científico da Biblioteconomia existe a concepção de que a biblioteca tem que ser uma entidade neutra, um conceito que limita o trabalho que é necessário para fornecer verdadeiramente o acesso à informação de maneira equitativa e inclusiva.

Alega-se que o princípio da neutralidade deve nortear desde a construção do espaço físico da biblioteca, sua missão e seus regimentos; perpassando pelo profissional da informação que atuará na unidade até as técnicas biblioteconómicas utilizadas. No entanto, não existe prática bibliotecária neutra. A seleção de materiais bibliográficos, a catalogação, que é tida como a base para a Biblioteconomia, tudo é afetado pela subjetividade do(a) bibliotecário(a). O(a) catalogador(a), por exemplo, influencia diretamente em como os recursos informacionais são representados, ajudando ou dificultando o acesso à informação.

Também há de se compreender que as bibliotecas não são espaços isolados, os acervos delas acabam por refletir os preconceitos que existem na sociedade em que vivemos. Então, não se pode eximir o(a) profissional bibliotecário(a) de sua responsabilidade para a transformação social do contexto geográfico no qual a biblioteca está inserida. Torna-se cada vez mais necessária uma abordagem crítica da biblioteconomia, com o objetivo de tornar os recursos de informação mais inclusivos e acessíveis.

Essa criticidade deve ser acionada em todas as atividades realizadas pela pessoa bibliotecária, como na aquisição de acervos que correspondam às demandas e os traços identitários da comunidade usuária; na atribuição da classificação de obras que favoreça a identificação por parte de usuários(as); na catalogação adotando elementos/atributos que garantam uma descrição fidedigna com o conteúdo e as características da autoria e, com isso, possa ofertar produtos e serviços que se entrelaçam com a diversidade e individualidade de cada sujeito que integra a comunidade e, assim, todos os sujeitos envolvidos possam se sentir pertencente e representado na biblioteca situada em seu território.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como *corpus* de investigação as obras de autores(as) negros(as) que compõem o acervo da Biblioteca Central do Estado

da Bahia (BCEB). Considerando a relevância dessas obras ao compor o acervo de uma biblioteca pública que está situada no Estado que possui a maior população negra do Brasil, este estudo parte da seguinte pergunta norteadora: quais são os atributos de representação adotados nas práticas de catalogação que transparecem os marcadores sociais de autores(as)?

Para tanto, esta pesquisa tem como objetivo geral evidenciar os atributos de representação adotados pela BCEB na catalogação de obras de autores(as) negros(as). Como objetivos específicos, buscamos apontar atributos adotados na catalogação que fazem alusão aos marcadores sociais dos autores(as); identificar os campos do MARC adotados para registrar os referidos atributos; e refletir de que maneira as diretrizes normativas e os formatos de catalogação contribuem para a indexação e disseminação de marcadores sociais.

O interesse pelo tema surgiu ao observar a dificuldade de encontrar no catálogo de uma biblioteca livros de autoria negra, principalmente em obras cuja temática étnico-racial não é o foco do texto. Apesar da crescente entrada de negros em universidades através da política de cotas raciais, do racismo ser uma pauta mais amplamente discutida hoje em dia, a invisibilidade de escritores negros ainda persiste.

A leitura é a porta de entrada para desenvolver a imaginação, a criatividade, o senso crítico e o contato com o diferente. E para isso, é necessário que o leitor se sinta acolhido e se veja representado nos textos. Indicar que uma obra pertence a um(a) autor(a) negro(a), poderia ajudar a reduzir as desigualdades nos campos literário e científico, dando uma maior visibilidade a escritores(as) e pesquisadores(as) negros(as). Além de atrair novos leitores, reconciliar-se com leitores que se afastaram pela falta de representatividade.

Este estudo se justifica pela necessidade de realização de pesquisas que abordem e problematizem a prática e as diretrizes da catalogação, refletindo sobre a urgência de se atentar para a inclusão de atributos destinados à descrição de marcadores sociais.

Quanto ao aporte metodológico, esta pesquisa se caracteriza como descritiva com a adoção do método de estudo de caso, com o uso das técnicas de entrevista realizada com bibliotecários(as) responsáveis pela catalogação das obras da BCEB e análise documental de registros no formato MARC 21 obtidos no

catálogo online da biblioteca. A interpretação dos dados coletados está pautada nas abordagens quantitativa e qualitativa.

Além desta introdução, esta pesquisa está estruturada com a seção de revisão de literatura que versa sobre a prática da catalogação, suas normas, linguagens e formatos; trata da biblioteca pública como um ambiente que deve conferir pertencimento à sua comunidade usuária; e apresenta reflexões acerca de marcadores sociais. Na sequência é descrito o caminho metodológico que subsidiou o alcance do objetivo desta pesquisa; em seguida são apresentados os dados e analisados os resultados; e, por fim, são expostas as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção apresentamos concepções que versam sobre as temáticas que permeiam este estudo. Para tanto, abordamos sobre a catalogação, a biblioteca pública e marcadores sociais.

2.1 CATALOGAÇÃO

A catalogação pode ser definida como a representação descritiva dos atributos físicos e de conteúdo de um item informacional. Esta descrição busca facilitar a recuperação da informação para os usuários e saciar suas necessidades informacionais explícitas e implícitas, como afirmam Mey e Silveira (2009, p. 7) ao definir o processo de catalogação como:

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

Dessa maneira, a técnica objetiva obedecer às leis de Ranganathan (1963), ao contribuir para o uso do material, satisfazer as necessidades de informação e economizar o tempo do usuário na pesquisa.

A atividade de catalogar pode ser dividida entre representação descritiva e representação temática, como destacam Maimone, Silveira e Tálamo (2011, p.28):

Portanto, a representação da informação pode ser subdividida em representação descritiva e representação temática. A primeira representa as características específicas do documento, denominada descrição bibliográfica, que permite a individualização do documento. [...] A segunda detém-se na representação dos assuntos dos documentos a fim de aproximar-los, tornando mais fácil a recuperação de materiais relevantes que dizem respeito a temas semelhantes.

Assim sendo, essa divisão do processo de representação em dois tipos oferece aos usuários variadas formas de busca e recuperação da informação. Na representação descritiva, o material poderá ser recuperado através dos pontos de acesso de autoridade, por exemplo, enquanto que na representação temática, a

pesquisa poderá ser feita por assuntos do interesse do usuário (Gomes; Santos, 2013). Essa separação ocorre apenas para fins de estudos na área, sendo na prática atividades complementares, ressaltam Maimone, Silveira e Tálamo (2011).

Na representação descritiva ocorre a descrição bibliográfica, que é representar os elementos essenciais do documento como responsabilidade intelectual, título, edição, série etc., que além de caracterizá-lo, o individualiza. Ainda há a determinação dos pontos de acesso, que são termos selecionados para que o usuário localize a representação dos itens através das unidades de descrição que geralmente são responsabilidade intelectual, título e assunto do documento.

A representação temática, também denominada classificação, para Lago (2009 *apud* Silva, 2012, p. 3):

É o agrupamento de documentos semelhantes, distribuídos em classes e representados por símbolos (números, letras, sinais, gráficos) dentro de um determinado sistema de classificação, seja, seja CDD, CDU. Assim, os documentos de um assunto deverão estar reunidos num mesmo local.

Segundo Mey e Silveira (2009, p. 175), os sistemas de classificação são “[...] listas estruturadas de assuntos, nas quais estão representados por códigos numéricos ou alfanuméricos ou ainda, por símbolos”. Os sistemas de classificação documentária mais utilizados no mundo são a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e Classificação Decimal Universal (CDU), com ambas dividindo o conhecimento humano em 10 classes, numeradas de 000 a 900 na CDD e 0 a 9 na CDU. A CDD foi criada em 1876 por Melvil Dewey, abrangendo diferentes áreas do conhecimento, com maior utilização em bibliotecas gerais por ser mais resumida e generalista (Mey; Silveira, 2009). A CDU foi desenvolvida por volta de 1895 por Paul Otlet e Henri La Fontaine com base na CDD, tendo maior uso em bibliotecas especializadas, por ser mais flexível (Cunha; Cavalcanti, 2008).

Tendo em vista que o objetivo primordial da representação da informação é comunicar o usuário e o acervo da unidade de informação, tem-se no catálogo o principal canal para esse diálogo, como observam Mey e Silveira (2009, p. 12) que o definem como “[...] um canal de comunicação [...], que veicula mensagens contidas nos itens, sobre os itens, de um ou vários acervos, [...] agrupadas por semelhanças, aos usuários”. Portanto, o catálogo se configura como um produto da catalogação, um instrumento de mediação da informação.

O primeiro a elaborar os objetivos do catálogo foi o bibliotecário Charles Ami Cutter, tornando-se a base da catalogação americana e internacional, além de influenciar a prática da catalogação até os dias de hoje. Neles, Cutter (1935 *apud* Mey; Silveira, 2009, p. 12) estabelece que um catálogo deveria:

- 1) Permitir a uma pessoa encontrar um livro do qual seja conhecido
 - a) o autor
 - b) o título
 - c) o assunto
- 2) Mostrar o que a biblioteca possui
 - d) de um autor determinado
 - e) de um assunto determinado
 - f) de um tipo determinado de literatura
- 3) Ajudar na escolha de um livro
 - g) de acordo com sua edição (bibliograficamente)
 - h) de acordo com seu caráter (literário ou tópico)

E ainda de acordo com a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (2016), um catálogo deve ser um mecanismo que possibilite ao usuário encontrar, identificar, selecionar e obter recursos bibliográficos, além de navegar no catálogo e para além dele. Fica evidente que essa última concepção sobre catálogo se vincula às transformações que as inovações tecnológicas trouxeram para a sociedade e que tem impactado nas práticas e produtos da catalogação.

Com os avanços tecnológicos, surgem as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), trazendo muitos benefícios para o acesso, a disseminação e a preservação da informação. Nesse contexto, os catálogos manuais dão lugar aos catálogos automatizados, visando corresponder às atuais exigências de acesso e intercâmbio de informação, ao proporcionar uma comunicação mais ágil, reduzir esforços e uma maior precisão nos resultados obtidos.

Assim, nascem os catálogos *online* conhecidos como OPAC (Online Public Access Catalog), e mais adiante as bibliotecas e repositórios digitais, permitindo que o usuário faça a consulta em qualquer horário e de qualquer espaço geográfico.

As TIC também aprimoraram a catalogação cooperativa, que Barbosa (1978, p. 71) define como “[...] o trabalho realizado por várias bibliotecas e enviado a uma Central, que se encarrega de normalizar e reproduzir suas fichas e distribuí-las a

uma coletividade". A catalogação compartilhada resulta na economia de tempo e recursos humanos em ter que catalogar novamente um material que já foi catalogado por outra biblioteca, sendo preferível investir esforços no acesso à essa informação. Atualmente é realizada pela cooperação de dados e sistemas automatizados com a utilização de computadores, tornando-se altamente difundida em razão da tecnologia possibilitar uma maior facilidade e agilidade na consulta e compartilhamento de registros entre sistemas de informações.

O principal formato de intercâmbio de dados utilizado na atualidade é o *Machine Readable Cataloging* 21 (MARC 21), um padrão de metadados desenvolvido pela LC em 1964 para o armazenamento e o intercâmbio de registros bibliográficos em formato legível por computador (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2015). Este formato padronizado termina por facilitar o intercâmbio, a localização e gerenciamento desses dados, além de evitar a duplicação de esforços dos profissionais da unidade de informação. O Z39.50 é um protocolo desenvolvido pela LC por volta da década de 1980, para recuperação de informação e troca de informações bibliográficas entre computadores ligados em rede (Moreira; Thiago, 2008, p. 170), sendo um dos protocolos mais utilizados até hoje.

A comunicação entre as bibliotecas automatizadas só poderá ocorrer se ambas utilizarem os mesmos padrões como um código de catalogação e protocolos de interoperabilidade. Os códigos de catalogação são elaborados com o intuito de padronizar e universalizar a descrição das informações acerca de um documento, buscando atender as necessidades de organização da informação.

O primeiro código foi elaborado por Anthony Panizzi em 1839, com 91 regras para aplicação no Museu Britânico (Barbosa, 1978). Vários códigos foram desenvolvidos até ser recomendado o uso internacional de um único código para auxiliar na padronização internacional, o Código de Catalogação Anglo-American (AACR) publicado em 1967 conjuntamente pela *American Library Association* (ALA), *Canadian Library Association* (CLA), *Library Association - Inglaterra* e *Library of Congress* (LC). O código vigente no Brasil é a segunda edição deste, intitulado AACR2, publicado em 1978 e que sofreu sucessivas mudanças até 2005.

O AACR2 vem sendo substituído pela *Resource Description and Access* (RDA), que no português pode ser traduzido como Descrição de Recursos e Acesso. As diretrizes propostas na RDA foram estruturadas com base nos modelos conceituais Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), Requisitos

funcionais para Dados de Autoridade (FRAD) e Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto (FRSAD). Este novo código foi desenvolvido para o ambiente digital, com o propósito de contemplar as demandas que o AACR2 não consegue (Groehs; Carraro; Pereira, 2021). Lançado em 2010, mas oficialmente implementado em 2013, sendo utilizado por instituições como a LC e a CLA.

Apesar do uso frequente do MARC21 pelas bibliotecas da atualidade, esse formato possui limitações, uma vez que foi produzido para tornar possível a catalogação legível por computador na década de 1960 e aprimorado com base nas regras do AACR2. Portanto, o MARC21 não corresponde às diretrizes da RDA ao não utilizar linguagens computacionais que correspondam a modelagem de dados no âmbito da web semântica.

Os catálogos *online* são desenvolvidos e mantidos por softwares de gerenciamento de biblioteca, sistemas de automação de bibliotecas que auxiliam desde a gestão da instituição, passando pelo processamento técnico e na prestação de serviços aos usuários. Muitos softwares foram criados baseados nos protocolos e padrões de metadados encontrados no MARC21, como Pergamum, Sophia, Aleph, PHL, Biblivre, entre outros.

A partir do que foi apresentado, podemos perceber que a catalogação é uma técnica que visa representar a informação sob os aspectos físicos e de conteúdo, auxiliada por instrumentos como códigos, sistemas de classificação e formatos. Isto posto, está sendo aplicado nesta pesquisa a concepção de Mey e Silveira (2009) de que catalogar é representar um conjunto de informações que simbolizam um registro do conhecimento. É importante enfatizar que a representação descritiva ou catalogação colabora para a organização da informação.

Esse contexto revela a importância dos bibliotecários catalogadores no papel de mediadores da informação ao elaborar essas representações. O procedimento simplifica a busca e recuperação da informação para atender às demandas do público no que diz respeito ao conhecimento, que é a razão de existência da biblioteca, sobretudo a biblioteca pública que será abordada no próximo tópico.

2.2 BIBLIOTECA PÚBLICA

As bibliotecas surgem com o intuito de preservar o conhecimento registrado. A palavra biblioteca tem origem no grego *bibliotheke*, pelo latim *bibliotheca*. Através da junção das palavras *biblion* que significa livro e *teke* que por sua vez tem o significado de caixa ou depósito (Houaiss; Villar, 2001), logo um depósito de livros.

Já Ferreira (2004), traz as seguintes definições: 1. Coleção pública ou privada de livros e documentos similares organizada para estudo, leitura e consulta; 2. Edifício ou recinto onde se instala essa coleção; 3. Estante ou outro móvel onde se guardam e/ou ordenam livros; 4. Coleção ordenada de modelos, rotinas, programas ou dados para reutilização; 5. Conjunto organizado de informações, armazenado com o objetivo de consulta ou utilização posterior. O termo também é usado no sentido institucional ou como título de coleções bibliográficas.

As bibliotecas podem ser classificadas de acordo com as funções e serviços que oferecem, tipo de usuários que atendem e ainda por vínculo institucional. São elas: nacionais, públicas, universitárias, especializadas, escolares, infantis, ambulantes, comunitárias e digitais. Dentre as tipologias listadas, o foco do estudo recai sobre a biblioteca pública.

A biblioteca pública é um espaço democrático, que deve acolher todas as formas de conhecimento e expressão cultural. Devendo ser acessível a todos independente da raça, gênero, orientação sexual, religião e condição socioeconômica. Ela possui um papel importante na sociedade, pois promove o acesso ao conhecimento, aprendizagem permanente e desenvolvimento cultural. Desta maneira, a definição apresentada pelo Manifesto da Biblioteca Pública (IFLA-UNESCO, 2022, p. 1), diz que a biblioteca pública “[...] é o centro local de informação, disponibilizando todo tipo de conhecimento e informação aos seus usuários”.

Alguns autores apontam que a biblioteca pública surgiu na Inglaterra no final do século XX, decorrente da Revolução Industrial, com o propósito de educar a classe trabalhadora. Com a Crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, a biblioteca passou a ser um instrumento de pacificação e promoção da democracia, se aproximando da classe média e dos estudantes (Fundação Biblioteca Nacional, 2010). Para Almeida Júnior (2003), o que a diferenciou das demais bibliotecas foi ser destinada a toda a coletividade e mantida pelo poder público.

No Brasil, a primeira biblioteca pública, que também é a primeira da América Latina, foi fundada em 1811, na cidade de Salvador, Bahia. Nessa época, já se

destacava sua função de apoio à educação (Fundação Biblioteca Nacional, 2010). Até então, a maioria das bibliotecas existentes eram de cunho religioso, construídas em mosteiros e conventos, o que terminava por limitar o acesso da população ao conhecimento e à cultura. Suaiden (1979, p. 4) salienta que “[...] a fundação da Biblioteca Pública da Bahia não se efetivou através de uma iniciativa governamental. Ela foi criada por iniciativa dos cidadãos”. Atualmente é denominada Biblioteca Central do Estado da Bahia, que foi selecionada como o *locus* da pesquisa.

Outros historiadores defendem que a primeira foi a Biblioteca Real, trazida pela coroa portuguesa para o Brasil em 1808, para acesso apenas da família real e membros da corte, sendo aberta ao público somente em 1814 (Lessa, 2021). A partir de 1948, passa a receber o nome de Biblioteca Nacional. Posteriormente, algumas bibliotecas foram criadas por iniciativa dos governos estaduais, influenciadas pelo padrão de bibliotecas públicas nos EUA e na Europa. Entretanto, em razão da precariedade da infraestrutura e do acervo, somado ao analfabetismo que assolava a maioria da população, criou-se uma visão de que a biblioteca era um espaço apenas reservado à elite intelectual (Suaiden, 2000).

As bibliotecas passaram por um período de crescimento principalmente a partir do final da década de 1970, para suprir as demandas de conhecimento da população que por muito tempo teve o acesso à leitura negado. Porém o que se vivencia no presente é uma situação muito similar à época do Brasil Colônia e início da República. Muitas bibliotecas estão sendo fechadas, devido ao descaso e falta de investimento dos governantes. Nesse contexto, a biblioteca pública deixa de cumprir seu papel na formação cidadã através do acesso ao conhecimento, como afirma Ferreira (2006, p. 117):

[...] o papel exercido pelo Estado na gestão dessas organizações públicas é quase sempre de omissão, descaso, pouco investimento, pouca renovação dos quadros de pessoal, contribuindo para que as bibliotecas públicas estejam cada vez mais distanciadas dos setores populares, deixando, assim, de cumprir sua função primordial: socialização de informações com vistas a ampliar os direitos de cidadania entre os indivíduos.

O Brasil deveria se espelhar em outros países, onde o desenvolvimento educativo é prioridade, considerando a biblioteca como uma instituição de extrema importância por ter como uma das suas missões o apoio à educação (Koontz; Gubbin, 2012). A educação é tida como base para o desenvolvimento de um país

por influenciar nos indicadores sociais por melhorar a qualidade de vida, ampliar o repertório intelectual e cultural que indica o alcance de melhores empregos e segurança ao reduzir desigualdades econômicas e sociais, e consequentemente, os índices de criminalidade.

Kontz e Gubbin (2012) também trazem que o objetivo da biblioteca pública é oferecer recursos e serviços para atender às demandas da população relacionadas à educação, informação, desenvolvimento individual e social e lazer.

O Manifesto da Biblioteca Pública (IFLA-UNESCO, 2022, p. 2-3) elenca alguns objetivos:

- 1) Fornecer acesso a uma ampla gama de informações e ideias sem censura, apoiando a educação formal e informal em todos os níveis e fomentar o aprendizado ao longo da vida ao permitir a busca contínua, voluntária e autônoma de conhecimento, para as pessoas em todas as etapas da vida;
- 2) Proporcionar oportunidades em prol do desenvolvimento criativo individual e estimular a imaginação, criatividade, curiosidade e empatia;
- 3) Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde o nascimento até a idade adulta;
- 4) Promover, apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para desenvolver habilidades de leitura e escrita, viabilizar o desenvolvimento das habilidades para leitura midiática e alfabetização digital para todas as pessoas em todas as idades, no intuito de promover uma sociedade informada e democrática;
- 5) Fornecer serviços às suas comunidades de maneira presencial e remota por meio de tecnologias digitais que permitem acesso a informações, coleções e programas sempre que possível;
- 6) Garantir acesso para todas as pessoas ao conhecimento comunitário e oportunidades para a organização comunitária, em reconhecimento ao papel central da biblioteca no tecido social;
- 7) Promover o acesso das comunidades ao conhecimento científico, como resultados de pesquisas e informações de saúde que possam impactar a vida de seus usuários, além de possibilitar a participação no progresso científico;
- 8) Fornecer serviços de informação de qualidade às empresas, às associações e aos grupos de interesse locais;
- 9) Preservar e promover acesso a dados, conhecimentos e tradições locais e indígenas incluindo a tradição oral, proporcionando um ambiente no qual a comunidade possa ter um papel ativo na identificação de materiais a serem coletados, preservados e compartilhados de acordo com os desejos da comunidade;
- 10) Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;

- 11) Promover a preservação e o acesso a expressões culturais e tradições, à apreciação das artes, ao acesso aberto a conhecimento científico, pesquisas e inovações expostas na mídia tradicional ou em materiais digitais ou que venham ser digitalizados.

Esses compromissos apontam ações que a biblioteca pública precisa possuir para atuar em prol do desenvolvimento social e pessoal, se tornando um agente de mudança na comunidade. Desse modo, Miranda (1978) destaca o fornecimento de publicações oficiais para que os cidadãos se informem sobre leis, instituições públicas e serviços que afetam diretamente suas vidas.

Como foi observado anteriormente, as bibliotecas possuem objetivos diversos, voltados a servir pessoas de todas as idades, grupos sociais e instituições da comunidade. Logo, espera-se que seu acervo seja um reflexo das tendências da atualidade e da evolução da sociedade. E pensando na desvalorização que as bibliotecas públicas sofrem na atualidade, é imprescindível que ela acolha a diversidade social e cultural da comunidade onde está inserida. Nesse sentido, Miranda (1978, p. 74) indaga “[...] e se o leitor não se torna um amigo e um aliado da biblioteca, então como esperar que ele ame, use, defenda e preserve as coleções de sua biblioteca?”.

A biblioteca pública estimula o protagonismo social dos cidadãos através do acesso ao conhecimento, fazendo com que eles exerçam seus direitos e participem da construção de uma sociedade democrática. Para isso, deve considerar a organização da informação para o acesso e uso dos usuários a partir de seus marcadores sociais da diferença, que será apresentado a seguir.

2.3 MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA: ALGUMAS REFLEXÕES

As diferenças sempre existiram na sociedade. Em especial, os seres humanos sempre apresentaram diferenças em relação a tom de pele, cabelo, traços faciais, biotipos corporais, comportamentos, entre outros. Estas características impactam nas vivências dos sujeitos, considerando que possuem características em comum com alguns indivíduos e diferentes de outros (Zamboni, 2014). Para analisar estas diferenças e seus impactos, foi concebida a expressão “marcadores sociais da diferença”.

No entanto, o debate sobre marcadores sociais da diferença é um pouco recente. Para Pelúcio (2011, p. 79), “[...] historicamente, essas abordagens têm seu ponto de referência no ‘feminismo das diferenças’, nascido nos Estados Unidos ao longo dos anos 1980”. Essa perspectiva surge como uma crítica ao movimento feminista da época, que contemplava apenas uma parcela de mulheres.

Segundo Caires (2010), “[...] os marcadores sociais da diferença são um campo de estudo das ciências sociais que tentam explicar como são constituídas socialmente as desigualdades e hierarquias entre as pessoas”. Estudos dessa natureza são extremamente necessários para evidenciar dados que indicam as causas e consequências desse processo de hierarquização social.

Schwarcz (2019) corrobora com Caires (2010) ao vincular a concepção de ‘marcadores sociais da diferença’ aos fatores demarcadores de desigualdade e hierarquia social, ao afirmar que:

A expressão “marcadores sociais da diferença” transformou-se, assim, numa maneira de denominar essas diferenças socialmente construídas e cuja realidade acaba por criar, com frequência, derivações sociais, no que se refere à desigualdade e à hierarquia (Schwarcz, 2019, p. 11).

Já Almeida *et al* (2018), define a expressão como classificações e taxonomias que evidenciam certas diferenças a ponto de serem naturalizadas enquanto outras são minimizadas.

Há também abordagens que vão de encontro a ideia de que os marcadores representam uma hierarquização da sociedade. Brah (2006) defende um viés interseccional, apontando que os marcadores não devem ser vistos como categorias fixas. Essa reflexão é relevante para discussão, uma vez que a cultura não é estática e, consequentemente, a sociedade e suas dinâmicas de interações, comportamentos, relações de poder são moventes. Ainda para a autora, é fundamental evitar reducionismos, além de ser importante “[...] analisar a problemática da subjetividade e identidade para compreender a dinâmica de poder da diferenciação social” (Brah 2006, p. 332).

Nessa mesma direção, Hirano (2019) explica que grupos oprimidos podem possuir vantagens entre si, mas possuem desvantagens se comparados a grupos opressores. Exemplificando, uma mulher negra lésbica estadunidense pode sofrer opressão de gênero, raça e sexualidade, mas por outro lado, apresenta marcadores

de cidadania que uma mulher negra lésbica de outro país não possui, o que pode levá-la a enfrentar dificuldades para obter um visto e o status de cidadania (Collins, 2000 *apud* Hirano, 2019).

De acordo com Zamboni (2014, p. 13), “[...] marcadores sociais da diferença são sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais”. Esta classificação está relacionada à posição que aquele sujeito ocupa na sociedade, possuindo características em comum com outros sujeitos que estão inseridos naquele grupo.

Adaptado de Zamboni (2014), a seguir é apresentado algumas destas categorias:

- a) **Raça**: negro, indígenas, brancos, amarelos, marrons, entre outros;
- b) **Gênero**: homens cisgêneros e transgêneros, mulheres cisgêneros e transgêneros, travestis, não binários, entre outros;
- c) **Sexualidade**: heterossexuais, homossexuais, bissexuais, pansexuais, assexuais, entre outros;
- d) **Classe**: ricos, pobres, classe média, moradores de rua, entre outros;
- e) **Geração**: crianças, adolescentes, adultos, idosos.

O autor ressalta que não existe uma lista fixa, os marcadores citados acima são os mais estudados com o objetivo de compreender a sociedade brasileira. Gaudêncio, Albuquerque e Cortês (2018) trazem outros marcadores como etnia, família e trabalho. Santos *et al* (2024) além dos marcadores supracitados, lembra das pessoas com deficiência.

Para Almeida (2010 *apud* Gaudêncio; Albuquerque; Cortês, 2018), os marcadores são construídos pela sociedade, ainda que afirmem que surgiram naturalmente. Nesse mesmo sentido, Zamboni (2014) e Pelúcio (2014) destacam que os marcadores não são independentes, então um indivíduo pode possuir mais de um marcador, que se entrecruzam, gerando o conceito da interseccionalidade. Dessa maneira, os marcadores delimitam a posição dos indivíduos na sociedade por estarem associados às relações de poder.

E Schwarcz (2019) salienta que mesmo não sendo estabelecidos de maneira natural, essas classificações são importantes para criação de referenciais locais, internacionais e culturais.

Raça, gênero, sexo, geração, classe, região são, assim, categorias classificatórias compreendidas como construções particulares (e referidas a determinados contextos específicos), locais, internacionais, histórias e culturais. Elas fazem parte das representações sociais das nossas mitologias, mas também possuem grande impacto no mundo real, uma vez que permitem a produção de identidades coletivas e também de hierarquias, bem como toda sorte de discriminações sociais (Schwarcz, 2019, p. 16).

Almeida *et al* (2018) também reforça a importância dos marcadores no que se refere à preocupação tradicional da antropologia com a “diferença”, não apenas pela classificação de humanos e não humanos, mas como resultado de sistemas de conhecimento e relações sociais. Os marcadores sociais foram um modo de determinar como essas diferenças são socialmente estabelecidas, sendo marcadas por hierarquização, discriminação e desigualdade. Pode-se dizer que a raça, que é cerne desta pesquisa, é o alicerce da desigualdade social.

Valendo destacar que os marcadores sociais raça e etnia são erroneamente confundidos. Enquanto raça refere-se a um âmbito biológico, em que as diferenças demarcadas por cor da pele, tipo de cabelo, formato do crânio, traços faciais e ancestralidade genética, etnia trata-se ao âmbito cultural, delimitado por semelhanças linguísticas e culturais (Santos *et al*, 2014).

O debate acerca de marcadores sociais também é relativamente recente na Ciência da Informação (CI). Lopes, Bortolin e Silva (2015) explicam que os avanços científicos são fundamentais para reduzir as desigualdades sociais. Entretanto, os autores constatam que há pouca produção científica de temática étnico-racial no campo da CI.

É uma discussão cada vez mais necessária, visto que como citado anteriormente, o fazer do profissional da informação não é neutro. Para Santos *et al* (2024, p. 52),

A atuação do(a) profissional da informação, quando ocorre de maneira consciente e pautada na responsabilidade e empatia, possibilita o atendimento das demandas informacionais do(a) usuário(a), possibilitando a apropriação da informação e o desenvolvimento do protagonismo social.

Com base nesse entendimento, é necessário que profissionais da informação atuem de maneira que fomente o alcance de condutas protagonistas por parte de seus usuários e, para isso, é preciso realizar ações mediadoras que sejam

pautadas na alteridade e no respeito à diversidade de grupos que formam a comunidade usuária. Com isso, os produtos e serviços informacionais precisam atender as individualidades de sujeitos que compõem um coletivo. Pois como defende Ribeiro (2017, p. 40), “ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva”. Portanto, que os ambientes informacionais, como as bibliotecas, possam ofertar acervos correspondentes às nuances e marcadores sociais de sua comunidade usuária.

Quanto aos processos que envolvem a organização do conhecimento, é válido refletir que

A forma de construir e apresentar a informação, prevendo os meios para acessá-la, não é universal, está relacionada muito mais aos esquemas culturais de quem a disponibiliza do que aos esquemas de quem a busca - a organização da informação não é “neutra” (Moraes e Almeida, 2013, p. 180).

Ou seja, é preciso que as pessoas bibliotecárias tenham consciência de que seu fazer não é neutro e, portanto, requer criticidade e colaboração para efetivamente garantir a promoção da democratização do conhecimento. Por mais que as injustiças sociais sempre tenham existido, ainda é tempo de repará-las. Para isso é necessário que as unidades de informação tornem-se um espaço de acolhimento à diversidade, através de uma atuação consciente dos profissionais da informação, ciente do seu papel social e do seu protagonismo na mediação implícita da informação nos processos de representação e organização da informação.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta a caracterização da pesquisa, as técnicas e procedimentos de análises que subsidiaram o alcance dos objetivos propostos neste estudo.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Com vista a atingir os objetivos traçados neste estudo, ele configura-se como uma pesquisa descritiva, que de acordo com Gil (2002, p. 42) é “[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Esta pesquisa pretende descrever informações acerca do processo de catalogação na BCEB, tendo como objetivo geral evidenciar os atributos de representação adotados pela BCEB na catalogação de obras de autores(as) negros(as). Como objetivos específicos, buscamos:

- a) apontar atributos adotados na catalogação que fazem alusão aos marcadores sociais dos autores(as);
- b) identificar os campos do MARC adotados para registrar os referidos atributos;
- c) refletir de que maneira as diretrizes normativas e os formatos de catalogação contribuem para a indexação e disseminação de marcadores sociais.

Trata-se de estudo de caso, definido por Gil (2002, p. 54) como “[...] estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” e para Yin (2001, p. 19) “[...] representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo *como* e *por que*”. Com este procedimento, pretende-se analisar como funciona a prática de catalogação na referida biblioteca, mais precisamente a catalogação de obras de autoria negra.

Nesta pesquisa será utilizada a abordagem qualitativa. Segundo Richardson (2007, p. 90) no estudo qualitativo propõe-se a “[...] uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”, ou seja, pretende-se compreender o significado do fenômeno para as pessoas. Essa abordagem foca na subjetividade do objeto analisado, visando entender o porquê do

comportamento de um determinado grupo alvo em vez de apenas quantificar resultados (Godoy, 1995). Richardson (2007) salienta que em princípio difere da abordagem quantitativa por não utilizar instrumentos estatísticos. Compreende-se como a melhor abordagem para este trabalho, visto que foi realizada entrevista com o bibliotecário responsável pelo setor de catalogação.

3.2 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, optou-se pela técnica da entrevista, definida por Marconi e Lakatos (2017, p. 211) como “[...] um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas, mediante conversação, obtenha informações a respeito de determinado assunto”. É um método de observação direta, em que os dados são obtidos no próprio local onde o fenômeno ocorre (Marconi e Lakatos, 2017). A entrevista é uma das ferramentas mais utilizadas para pesquisas qualitativas.

A escolha de uma entrevista presencial como instrumento de coleta se deu por permitir a análise das opiniões dos bibliotecários acerca da catalogação de marcadores sociais, além da sua conduta, quais fatores podem influenciar seu comportamento durante o exercício da catalogação. O tipo de entrevista selecionado foi a estruturada, em que é seguido um roteiro previamente estabelecido, com todos os entrevistados respondendo às mesmas perguntas.

Sendo assim, foram feitas perguntas para pessoas bibliotecárias catalogadoras, para obtenção de dados que atendessem aos objetivos e respondessem ao questionamento norteador da pesquisa. No Apêndice A, encontra-se o roteiro utilizado para a entrevista, que foi realizada no dia 02 de outubro de 2024 na ambição da Biblioteca Central do Estado da Bahia.

A pesquisa também levantou informações disponíveis no catálogo da BCEB, utilizando, portanto, a técnica de análise documental, que apesar de se assemelhar ao procedimento bibliográfico, trata-se da pesquisa que utiliza como fonte materiais que ainda não foram tratados cientificamente (Gil, 2002). O intuito é constatar se campos do Marc fomentam a descrição de atributos relacionados aos marcadores sociais das autorias das obras bibliográficas.

3.3 UNIVERSO E AMOSTRA

Quanto ao universo desta pesquisa, refere-se as obras de autores(as) negros(as) que foram adquiridas pela Fundação Pedro Calmon entre os anos de 2019 a 2022, a partir da Lei nº 10.639/2003.

Assim, foi realizada a aquisição de 94 títulos e mais de 3 mil exemplares da temática para compor os acervos da BCEB e as demais bibliotecas públicas que são gerenciadas/mantidas por esse órgão estadual. Contudo, durante o levantamento dos dados desta pesquisa não foi possível ter acesso a lista de aquisições e/ou qualquer outro documento em que tivéssemos acesso aos nomes das obras adquiridas. Diante disso, a seleção da amostra ocorreu a partir da recuperação de obras através do sistema Pergamum, adotado pela instituição para a gestão do acervo e recuperação de informações pelos usuários. A seleção dos títulos concentrou-se em obras literárias (romances, contos, literatura infanto-juvenil) e escritas por autorias negras e/ou parcerias que constam ao menos uma autoria negra. Dessas obras, foram selecionados para constituir a amostra desta pesquisa, 10 (dez) títulos para a análise dos atributos de catalogação.

3. 4 CORPUS DA PESQUISA

A Biblioteca Central do Estado da Bahia é considerada a primeira biblioteca pública do Brasil e da América Latina, apesar de alguns defenderem que seria a Biblioteca Nacional, como citado anteriormente. Foi inaugurada em 13 de maio de 1811, idealizada pelo coronel Pedro Gomes Ferrão Castellobranco, após a autorização mediante a um documento assinado pelo Dom Marcos de Noronha e Britto, governador da Capitania da Bahia na época. A data foi escolhida em homenagem ao aniversário do príncipe regente, entretanto só veio ser aberta ao público em 04 de agosto de 1811, sob o título de Livraria Pública, contando inicialmente com um acervo de 3 mil livros. Depois de ser transferida para diferentes sedes, no presente está situada na Rua General Labatut, 27, no bairro dos Barris, na cidade do Salvador (Soares *et al*, 2011).

A biblioteca, também conhecida como Biblioteca dos Barris, passou por alguns eventos que arriscaram sua sobrevivência, como o bombardeio de 1912 e o incêndio em 1961, em que ambas as vezes, perde-se quase todo o seu acervo. Hoje é gerida pela Fundação Pedro Calmon (FPC), unidade vinculada à Secretaria de Cultura da Bahia, com sede no local.

Tendo passado por algumas reformas ao longo dos anos, atualmente a biblioteca conta com um acervo de cerca 600 mil itens entre livros, periódicos, mapas, filmes, obras de arte e obras raras. O sistema de classificação utilizado é a CDU e também utilizam o sistema Pergamum para gerenciamento eletrônico do acervo e consulta do usuário.

Com uma área de aproximadamente 17.000 m², a biblioteca conta com 3 andares divididos nos setores: Braille, Infantojuvenil, Periódicos, Obras raras e valiosas, Documentação baiana, Artes, Audiovisual, Empréstimo, Pesquisa/referência e Gerência Técnica. A FPC funciona no terceiro andar do edifício. Os serviços oferecidos ao usuário são: Empréstimos, Orientação à pesquisa, Orientação às pessoas com deficiência visual, Acesso à internet, Visitas técnicas e guiadas, Seminários, Palestras, Exposições, Espetáculos musicais, Recitais e Saraus.

Na instituição está localizada a Diretoria de Bibliotecas Públicas, responsável pelo gerenciamento das bibliotecas que compõem o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Bahia, atuando na gestão de bibliotecas estaduais, municipais, comunitárias e espaços de leitura.

Recentemente, visando contemplar a Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, foram adquiridas obras de autoria negra.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados a seguir foram coletados por meio da técnica de entrevista e da pesquisa documental realizada no catálogo da Biblioteca Central do Estado da Bahia. O objetivo inicial era conduzir a entrevista no setor de Gerenciamento Técnico (GETEC), responsável por todo o processo de catalogação das bibliotecas do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. Entretanto, devido à negativa, a entrevista foi realizada no setor de Obras Raras e Valiosas (SORV). Essa mudança não comprometeu totalmente a pesquisa, mas limitou a obtenção de dados, uma vez que o SORV forneceu apenas uma visão geral de como funciona a catalogação na BCEB. Este setor conta com duas bibliotecárias que, gentilmente, aceitaram contribuir para este estudo.

A pesquisa documental foi realizada de maneira remota no catálogo *online* da FPC, que utiliza o sistema Pergamum para a gestão do acervo e a recuperação de informações pelos usuários. No catálogo, estão reunidos os acervos das unidades de informação que pertencem à Fundação, proporcionando aos usuários um acesso consolidado e integrado a uma variedade de recursos bibliográficos.

4.1 ATRIBUTOS ADOTADOS NA CATALOGAÇÃO DA BCEB QUE FAZEM ALUSÃO AOS MARCADORES SOCIAIS DAS AUTORIAS

Por atender um público mais heterogêneo, com diferentes interesses, faixas etárias e níveis educacionais, a BCEB possui um acervo generalizado e diverso, correspondente ao que o Manifesto da Biblioteca Pública proposto pela IFLA-UNESCO (2022) orienta ao citar que esse tipo de biblioteca deve disseminar diversificados tipos de conhecimentos aos seus usuários, como também fomentar processos dialógicos pautados na diversidade cultural.

Quanto aos instrumentos e diretrizes que subsidiam a organização do acervo, a BCEB adota CDD como sistema de classificação. A biblioteca segue as normas do ACCR2 para descrever os materiais bibliográficos de maneira consistente e padronizada, visando facilitar a recuperação do usuário. O MARC 21 é utilizado para registro das informações em formato digital, facilitando o gerenciamento e a catalogação do acervo.

Na BCEB, o registro de livros seguindo o formato MARC 21 segue a mesma estrutura padrão utilizada em bibliotecas que adotam esse formato que corresponde às regras de catalogação do AACR2. Ao permitir a interseção entre os conteúdos das obras que foram catalogadas e as mensagens internas dos usuários, conforme defendem May e Silveira (2009), o formato MARC 21 auxilia no processo de registro dos elementos de descrição e possibilita a recuperação da informação.

A seguir está um quadro com os principais campos do MARC 21 preenchidos pelos bibliotecários para registro dos livros:

Quadro 1 - Principais campos e subcampos do MARC 21

Campo	Descrição	Subcampo (s)
020	International Standard Book Number (ISBN)	\$a Número do ISBN
090	Número de chamada	
100	Entrada principal - Nome pessoal	\$a Nome pessoal \$d Datas associadas ao nome
110	Entrada principal - Entidade	\$a Nome da entidade ou lugar
111	Entrada principal - Evento	\$a Nome do evento ou lugar \$c Local de realização do evento \$d Data da realização do evento
130	Entrada principal - Título uniforme	\$a Título uniforme
245	Título principal	\$a Título \$b Subtítulo \$c Indicação de responsabilidade
246	Formas variantes do título	\$a Título principal \$b Subtítulo
250	Edição	\$a Edição
260	Imprenta	\$Lugar de publicação \$b Nome do editor \$c Data de publicação
300	Descrição física	\$a Extensão \$b Detalhes físicos adicionais
440	Série	\$a Título da série \$v Número do volume ou designação sequencial da série
500	Nota geral	\$a Nota geral
650	Assunto - tópico	\$a Cabeçalho tópico ou nome geográfico \$x Subdivisão geral
700	Entrada secundária - Nome pessoal	\$a Nome pessoal \$e Termo de relação

Fonte: Elaborado pela autora com base no formato Marc 21 para dados bibliográficos.

Contudo, setores específicos da BCEB demandam o preenchimento de alguns campos do MARC 21 que atendam, por exemplo, a uma classificação mais específica quanto às particularidades de seu acervo, visando melhorar a organização e recuperação da informação. Por exemplo, no SORV, faz-se uso campo 090 do subcampo \$d - Localização para inserir o século em que a obra foi publicada.

Apesar da existência do campo 008 — onde é possível inserir a data de publicação dos materiais de maneira codificada —, essa prática ocorre para dar mais ênfase na localização física do material no momento de organização na estante. A inclusão do século diretamente no número de chamada permite uma organização/acondicionamento mais eficiente dos itens raros, facilitando o agrupamento de obras por períodos históricos e permitindo uma recuperação mais rápida.

A inserção de marcadores sociais dos autores na catalogação da BCEB é realizada através do campo de assunto. Para demarcar autores negros e negras, utiliza-se o termo “escritores negros”. Segundo a bibliotecária coordenadora do setor, essa é uma norma adotada recentemente, visando a atualização dos registros de catalogação para melhor refletir a identidade dos autores e suas contribuições para a literatura. Esse aspecto indicado pela respondente se aproxima do pensamento de Ribeiro (2017) quando a autora discute sobre a relevância de promover a multiplicidade de vozes e romper com o discurso autorizado e único. Portanto, ao buscar adotar atributos de descrição que favorecem a visibilidade de autorias que historicamente foram silenciadas em virtude de seus marcadores sociais, os ambientes informacionais contribuem para fomentar a justiça social, o reconhecimento da diversidade que compõe nossa sociedade e colabora para que sua comunidade usuária possa se sentir representada e possa se apropriar de conteúdos produzidos por pessoas e grupos sociais que sofreram, por séculos, processos de apagamento.

Embora a proposta de incluir marcadores sociais na catalogação da BCEB seja bastante significativa, a implementação dessa norma não é uma tarefa simples. Uma das bibliotecárias entrevistadas ressaltou que esse trabalho de incluir descritores que façam alusão aos marcadores sociais deve ser reforçado no GETEC, que tem a responsabilidade de revisar e atualizar a catalogação de todas as coleções da biblioteca.

Os principais obstáculos mencionados pelas respondentes incluem o tamanho extenso e diversificado do acervo da BCEB, o tempo necessário para realizar uma catalogação minuciosa e precisa, e a escassez de pessoal qualificado, visto que a equipe conta com poucos bibliotecários para atender a essa demanda. Esses fatores tornam o processo mais complexo, exigindo uma abordagem cuidadosa para garantir que todos os materiais sejam revisados adequadamente e que os marcadores sociais sejam integrados de forma eficaz.

Ao serem questionadas sobre a relevância da inclusão de marcadores sociais nos processos de descrição das obras, as bibliotecárias divergiram em suas respostas. Enquanto uma delas acredita que é de extrema importância aumentar a visibilidade não apenas de escritores e escritoras negros e negras, mas também de autores pertencentes a outros grupos minoritários, a outra não considera isso uma necessidade. Essas respostas indicam que a primeira respondente comprehende o quanto os marcadores sociais são necessários para dar visibilidade às autorias negras, indígenas, LGBTQIA+ etc., enquanto que a segunda julga desnecessário. Este último dado deve ser problematizado, posto que é preciso que os ambientes informacionais e seus profissionais tenham consciência das consequências que o processo de colonização na constituição do que é hoje a sociedade brasileira e de que essas consequências alcançam as bibliotecas do país. Por isso, as pessoas bibliotecárias devem atuar com criticidade entendendo que, como defende Caires (2010), os marcadores sociais podem explicar como são constituídas socialmente as desigualdades e hierarquias entre as pessoas.

Outro questionamento abordado foi se elas viam possibilidades de inclusão de marcadores sociais das autorias no formato MARC 21. Uma das bibliotecárias acredita que a inclusão do marcador social no campo de assunto é suficiente, enquanto a outra, mais uma vez, não vê isso como algo necessário. Ao refletir sobre a primeira resposta, concordamos que o campo assunto favorece que esses marcadores sociais possam ser descritos, mas é válido citar que outros campos do MARC 21 podem ser acrescidos nos processos de catalogação. Por exemplo, o campo 100 (Entrada principal - Nome pessoal) pode-se utilizar o subcampo \$c (Títulos e outras palavras associadas ao nome) para indicar características de identidade, como "Escritor(a) negro(a)", "Autor(a) indígena" e/ou "Autor(a) transgênero". No subcampo \$g (Informações adicionais) permite registrar uma breve biografia do autor, onde se pode destacar informações sobre sua identidade social,

como origem étnica, gênero e outras influências culturais. O subcampo \$q (Forma completa do nome) é útil para adicionar variações culturais ou regionais do nome do autor. O subcampo \$u (Filiação) possibilita indicar a filiação cultural ou social do autor, incluindo, por exemplo, "Comunidade quilombola" ou "Movimento literário afro-brasileiro".

No campo 370 (Lugar associado), \$c (País associado) define o país de origem ou afiliação cultural, como "Brasil", e \$f (Outro lugar associado) permite especificar uma cidade ou estado, como "Salvador, BA", enriquecendo o registro com contexto cultural e regional.

Outro campo relevante é o 386 (Características do autor/colaborador), ideal para registrar a identidade étnica do autor, como no subcampo \$a (Termo do criador/contribuidor), onde podem ser incluídos termos como "Negro", "Indígena", "Amarelo" e outros. No subcampo \$m (Termo do grupo demográfico), é possível indicar o gênero com termos como "Masculino", "Feminino" ou "Não-binário".

Além disso, o campo 655 (Termos de indexação – Gênero/Forma) propicia utilizar vocabulários controlados para incluir termos específicos que indiquem gêneros literários relacionados a grupos sociais, como "Literatura afro-brasileira" ou "Poesia feminista". O campo 752 (Entrada secundária - Lugar/Forma hierárquica) é útil para descrever a localização geográfica do autor e da editora, adicionando camadas culturais e regionais ao registro, como por exemplo "Bahia, Recôncavo, Cachoeira".

Ou seja, os elementos/atributos provenientes dos processos da catalogação somados aos campos do MARC 21 possibilitam que informações sobre os traços identitários, contextos sociais, dados biográficos, entre outras dados referentes às autorias sejam registradas tanto na representação descritiva quanto na temática.

4.2 CAMPOS DO MARC ADOTADOS PARA REGISTRAR OS ATRIBUTOS

Para identificar os campos do MARC 21 adotados pela BCEB para registrar os atributos referentes aos marcadores sociais, foram realizadas além da entrevista, consultas ao catálogo *online* da biblioteca, analisando especificamente, os dados do MARC 21 adotados na descrição bibliográfica das obras.

Para a seleção dos títulos que compõem a amostra desta pesquisa, buscamos inicialmente obter informações detalhadas sobre as aquisições realizadas

no período de 2019 a 2022. Contudo, não conseguimos levantar as listas dessas aquisições, apesar de se tratar de informações de caráter público. Diante dessa dificuldade, optamos por realizar o levantamento das obras no sistema Pergamum. Foram selecionadas obras literárias (romances, contos, literatura infanto-juvenil) de autorias negras.

A consulta no catálogo foi realizada por meio do campo “assunto”, utilizando os descritores “escritores negros”; “negro” / “negra” / “negros”; “afro”; “racial” / “raciais”; “racismo”, que são termos frequentemente associados a escritores negros e suas produções durante o processo de catalogação. A pesquisa também contou com o uso de operadores booleanos, uma funcionalidade do sistema que permite a busca simultânea de múltiplos termos, para pesquisar variações de termos conforme o número gramatical e gênero.

Para obter resultados mais alinhados com o objetivo deste estudo, os dados foram filtrados por ano de publicação, restringindo-se ao intervalo de 2018 a 2021, considerando que a biblioteca não recebe livros que foram publicados naquele mesmo ano. Além disso, houve uma filtragem por tipologia, focando exclusivamente em livros. O critério adotado baseou-se no número de classificação, com destaque para o código 028.5, referente à Literatura infantil, e para a classe 800, correspondente à Literatura, na CDD, especificamente nas subclasses 810 a 899. Após esta listagem, foi realizada uma pesquisa para identificar quais autorias eram ou se identificavam como negros. Então, todos os dados foram organizados em uma planilha no *software Microsoft Excel*.

Para a seleção dos 10 (dez) títulos, foi dada prioridade aos que se repetiam nos resultados de cada pesquisa, complementando a lista de acordo com a ordem em que os títulos foram listados. As obras escolhidas foram:

- 1) A cor do preconceito, de Carmen Lúcia Campos;
- 2) Alika, de Regina Luz;
- 3) Contemporaneidades periféricas, de Jorge Augusto Alves da Silva
- 4) Flores de ébano, de Alexandra Lima da Silva;
- 5) Gosto de África: histórias de lá e daqui, de Joel Rufino dos Santos;
- 6) Já fui água um dia, de Ana Fátima Cruz dos Santos;
- 7) As mulheres Abayomi, de Adilson Passos;
- 8) Tunde e as aves misteriosas, de Ana Fátima Cruz dos Santos;

- 9) As faces da miscigenação, publicada pela UNAFRO;
- 10) A ialorixá e o pajé, de Maria Stella de Oxóssi.

A partir da escolha dos títulos, foi realizada uma análise detalhada dos registros bibliográficos das obras, por meio do formato MARC 21, como fornecido pelo sistema Pergamum.

Conforme mencionado anteriormente, uma regra recente de catalogação na BCEB foi a inclusão do termo "escritores negros" no campo 650, destinado aos assuntos do material. Das dez obras analisadas, apenas duas, *Alika*, escrita por Regina Luz e publicada em 2019 e *Contemporaneidades periféricas*, uma coletânea organizada por Jorge Augusto seguirá essa norma, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 1 - Registros dos livros Alika e Contemporaneidades periféricas

001	189308	001	186242
003	BR-BaPB	003	BR-BaPB
005	20241002111500.0	005	20220708120700.0
008	230508s2019 baba jr# #000 1dpqr#	008	220707s2019 bab# gr# #001 1#por#
020	Sa 9788594311207 (broch.)	020	Sa 8788594489043 (broch.)
040	Sa BR-BaPB \$c BR-BaPB	040	Sa BR-BaPB \$c BR-BaPB
082	0 4 Sa 028.5	082	0 4 Sa 869.09
090	Sa 028.5 \$b L994a	090	Sa 869.09 \$b C777
100	1 Sa Luz, Regina.	100	
245	1 0 Sa Alika / \$c Regina Luz ; ilustrações: Rebeca Silva	245	0 0 Sa Contemporaneidades periféricas / \$c Organização Jorge Augusto
250	Sa 1. ed.	250	Sa 1. ed., 1. reimpr.
260	Sa Salvador : \$b Caramuré, \$c 2019.	260	Sa Salvador : \$b Segundo Selo, \$c 2019.
300	Sa 30, [1] p. : \$b il.	300	Sa 477, [1] p.
490	1 Sa Coleção eu vim da Bahia: Luiz Gama ; \$v 2	490	Sa Inclui bibliografia
500	Sa Inclui referências	500	
600	1 4 Sa Gama, Luís \$d 1830-1882 \$x Biografia	600	0 4 Sa Literatura brasileira \$x História e crítica \$x Ensaios \$x Artigos
	0 4 Sa Literatura infantojuvenil brasileira		0 4 Sa Literatura africana
	0 4 Sa Negros \$x Literatura infantojuvenil		0 4 Sa Características nacionais africanas na literatura
650	0 4 Sa Negros \$x Identidade racial \$x Literatura infantojuvenil	650	0 4 Sa Negros na literatura \$x Escritores negros
	0 4 Sa Discriminação racial \$x Literatura infantojuvenil		0 4 Sa Literatura indígena
	0 4 Sa Escritores negros		0 4 Sa Homossexualidade na literatura
700	1 Sa Silva, Rebeca. \$d 1986-	700	0 4 Sa Identidade de gênero na literatura
830	0 Sa Eu vim da Bahia \$p Luiz Gama	830	0 4 Sa O Contemporâneo \$x Literatura brasileira \$x Periferia
			700 1 Sa Silva, Jorge Augusto Alves da

Fonte: Sistema Pergamum BCEB, 2024.

Na obra escrita por Mãe Stella de Oxóssi, famosa sacerdotisa do candomblé, observamos, no campo 650 (Assuntos), os descritores "Cultos afro-brasileiros" e "Candomblé", conforme ilustrado na Figura 2. Esses termos representam não apenas o conteúdo da obra, mas também características da autora. Como o foco deste estudo não é apenas a temática do material, mas também a identidade seu criador, esses descritores poderiam ser incluídos no subcampo \$m do campo 386 para registrar seu grupo religioso ou no subcampo \$u do campo 100 para indicar sua filiação cultural. Também poderia ser escrita uma pequena biografia sobre Mãe Stella no subcampo \$g do campo 100, vide sua

importância como uma das principais representantes do candomblé e da literatura afro-brasileira e sua contribuição para a valorização da cultura e identidade negra no Brasil.

Figura 2 - Registro do livro de A ialorixá e o Pajé

001	186367	
003	BR-BaBPB	
005	20220823133800.0	
008	220725s2018 baba jr# #000 1dpor#c	
020	\$a 9788553300051 (enc.)	
040	\$a BR-BaBPB \$c BR-BaBPB	
082	0 4	\$a 028.5
090	\$a 028.5 \$b S846i	
100	1	\$a Stella, Sc de Oxóssi \$d 1925-
245	1 2	\$a A ialorixá e o pajé / \$c Mãe Stella de Oxóssi ; ilustrações Enéas Guerra
260	\$a Lauro de Freitas, BA : \$b Solisluna, \$c 2018.	
300	\$a [26] p. : \$b il.	
500	\$a Inclui dados da autora e do ilustrador.	
600	1 4	\$a Stella \$c de Oxóssi \$d 1925- \$x Literatura infantojuvenil
650	0 4	\$a Literatura infantojuvenil brasileira
	0 4	\$a Cultos afro-brasileiros \$x Literatura infantojuvenil
	0 4	\$a Cultura indígena \$x Literatura infantojuvenil
	0 4	\$a Candomblé \$z Bahia \$x Literatura infantojuvenil
700	1	\$a Guerra, Enéas, \$d 1951-

Fonte: Sistema Pergamum BCEB, 2024.

No livro *As faces da miscigenação*, uma coletânea de poesias publicada pela Universidade Afro-brasileira (UNAFRO), observa-se o uso dos descritores "Poesia brasileira", "Negros" e "Literatura brasileira". Uma sugestão seria incluir no campo 650 o termo "Poesia negra" ou "Literatura negra", o que contribuiria para uma categorização mais precisa e enriquecedora da obra dentro do contexto da literatura e da identidade de seus autores. O mesmo poderia ser feito com a obra *Já fui água um dia*, de Ana Fátima Cruz dos Santos. Observe a figura a seguir.

Figura 3 - Registro dos livros As faces da miscigenação e Já fui água um dia

001	187496	001	190305
003	BR-BaBPB	003	BR-BaBPB
005	20230315170100.0	005	20230725135400.0
008	221026e2018 babao gr# #000 pdpor#c	008	230725e2019 spb# gr# #000 pdpor#c
020	Ša 978855150302 (broch.)	020	Ša 978858335737
040	Ša BR-BaBPB \$c BR-BaBPB	040	Ša BR-BaBPB \$c BR-BaBPB
041 1	Ša por \$h eng \$h spa	041	1
082 0 4	Ša 869.91	082	0 4
090	Ša 869.91 \$b U43f	090	Ša 869.91 \$b S233j
110 2	Ša UNAFRO	100	1
245 1 3	Ša As faces da miscigenação / \$c UNAFRO; Patricia Santos, coordenação e organização; Isabel Torres Marinho, Caroline Menezes, Manoel Salvador : \$b s.n., \$c 2018.	240	10
260	Ša 228 p. : \$b il. ;	245	1 0
300	Ša Poesias em português, inglês e espanhol.	260	Ša Guaratinguetá : \$b Penalux, \$c 2019.
500	Ša Poesia brasileira \$x Negros \$z Bahia	300	Ša 75 p.
650 0 4	Ša Literatura brasileira \$x Poesia \$z Bahia	650	0 4
650 0 4	Ša Santos, Patricia Silva dos \$d 1978-	650	0 4
700 1	Ša Guedes, Washington José Almeida	700	0 4

Fonte: Sistema Pergamum BCEB, 2024.

Já na publicação *Flores de ébano*, como mostra a Figura 4, seria interessante adicionar "Literatura negra feminina". Isso se justifica pelo fato de que a obra não apenas tem mulheres negras como temática, mas também é escrita por uma mulher negra. Essa adição destacaria a interseccionalidade da identidade da autora e o papel fundamental que ela desempenha na representação das vozes femininas na literatura.

Figura 4 - Registro do livro Flores de ébano

001	186771		
003	BR-BaBPB		
005	20221126112700.0		
008	220901s2020 mgb# jr# #000 1dpor#c		
020	Ša 9786557490037 (broch.)		
040	Ša BR-BaBPB \$c BR-BaBPB		
082 0 4	Ša 028.5		
090	Ša 028.5 \$b S578f		
100 1	Ša Silva, Alexandra Lima da		
245 1 0	Ša Flores de ébano / \$c Alexandra Lima da Silva ; ilustrações: Regina Miranda		
260	Ša Belo Horizonte : \$b Mazza, \$c 2020.		
300	Ša 24, [4]p. : \$b il. col. ;		
504	Ša Bibliografia: p. [26].		
650 0 4	Ša Literatura infantjuvenil brasileira		
650 0 4	Ša Negras \$x Mulheres \$x Literatura infantjuvenil		
700 1	Ša Miranda, Regina, \$d 1959-		

Fonte: Sistema Pergamum BCEB, 2024.

Na descrição da obra *As mulheres de Abayomi*, demonstra-se por que a simples catalogação de assunto não é suficiente para compreender a identidade de seu autor. A temática do livro aborda mulheres negras, como é possível observar no campo 650 (Figura 5). Entretanto, a produção é de autoria masculina, escrita por Adilson Passos. Para uma representação mais completa, poderia ser utilizado o campo 100 no subcampo \$c para a inclusão da raça do autor e o campo 386 no subcampo \$m para a inclusão de seu gênero. Embora possa parecer irrelevante, durante a seleção das obras para a amostra deste estudo, alguns títulos foram descartados por serem de temática negra, mas escritos por autores brancos, o que não se alinhava com o objetivo da pesquisa.

Figura 5 - Registro do livro *As mulheres de Abayomi*

001		189293
003		BR-BaBPB
005		20240716124500.0
008		230508s2018 baba jr# #000 1dpor#c
020		\$a 9788589059985 (enc.)
040		\$a BR-BaBPB \$c BR-BaBPB
082	0 4	\$a 028.5
090		\$a 028.5 \$b P319m
100	1	\$a Passos, Adilson
245	1 3	\$a As mulheres Abayomi / \$c Adilson Passos
260		\$a Lauro de Freitas, BA : \$b Solisluna, \$c 2018.
300		\$a [30]p. : \$b il. col. ;
650	0 4	\$a Literatura infantojuvenil brasileira
	0 4	\$a Cultura afro-brasileira
	0 4	\$a Mulher negra

Fonte: Sistema Pergamum BCEB, 2024.

Nas obras *A cor do preconceito*¹, *Gosto de África: histórias de lá e daqui*² e *Tunde e as aves misteriosas*³, pode ser observada a relação feita entre os descritores “Negros” e “Literatura infantojuvenil” no campo 650. Uma proposta seria relacionar o termo “Literatura negra” por meio da subdivisão \$x com o subcampo \$a “Literatura infantojuvenil”.

¹ Para melhor visualização, a figura encontra-se no Anexo A.

² Para melhor visualização, a figura encontra-se no Anexo B.

³ Para melhor visualização, a figura encontra-se no Anexo C.

Vale ressaltar que, em tese, a literatura negra deveria ser compreendida como algo diferente de literatura sobre ou com negros. Trazendo uma ideia debatida na área do cinema, filmes com negros incluem personagens negros, mas sem necessariamente refletir uma perspectiva negra autêntica. Já filmes negros centralizam a experiência e a visão de mundo negra, abordando a negritude com profundidade e autenticidade (Gates; Gillespie, 2019). Logo, uma literatura negra seria composta por obras escritas por autores negros que expressam suas vivências, identidades e culturas. Já uma literatura sobre ou com negros incluiria obras escritas por autores não negros que retratam personagens ou temas relacionados à experiência negra, mas que não necessariamente refletem a perspectiva vivencial dos autores negros.

Nessa conjuntura, foi possível constatar que apesar da BCEB adotar alguns campos do MARC 21 para registrar atributos referentes às obras, existem uma grande variedade de campos que podem ser adotados para melhor representar as obras e os marcadores sociais que constituem as autorias. O campo 386, surge como uma opção mais adequada para registrar características de identidade do autor, como gênero, raça e outros aspectos demográficos. No entanto, também podem ser observadas outras sugestões para demarcar essas identidades, visando também a descrição temática que faz parte do processo de catalogação.

4.3 DIRETRIZES NORMATIVAS E OS FORMATOS DE CATALOGAÇÃO CONTRIBUEM PARA A INDEXAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE MARCADORES SOCIAIS

As diretrizes normativas e os formatos de catalogação são essenciais para a organização, descrição e disseminação do conhecimento nas bibliotecas e outras unidades de informação. Esses instrumentos asseguram que as obras sejam catalogadas de maneira padronizada, facilitando a recuperação das informações, indo ao encontro do pensamento de Mey e Silveira (2009) que definem a catalogação como padronização e organização dos registros do conhecimento que auxiliam na recuperação por parte dos usuários.

Este estudo demonstra que a inclusão de marcadores sociais de autoria nos registros bibliográficos durante a catalogação é um aspecto importante, por refletir a diversidade cultural e social presente na literatura e na produção acadêmica. Além do mais, como afirmam Moraes e Almeida (2013), a organização da informação não

é “neutra”, portanto é necessário que o profissional bibliotecário atue de maneira consciente e crítica para garantir a promoção da democratização do conhecimento e o acesso à informação.

As diretrizes normativas como a AACR2 e o RDA definem critérios que orientam a catalogação destes materiais. Essas normas foram criadas para atender as demandas de um ambiente informacional em constante transformação, sendo assim, possibilitando que as bibliotecas e demais unidades de informação organizem seus acervos de forma a facilitar a pesquisa e o acesso dos usuários. As diretrizes trazem elementos como a descrição de autor, título, suporte, assunto, entre outros, que podem incluir informações sobre características sociais, étnicas e de gênero. Ou seja, apesar dessas diretrizes de catalogação - AACR2 e RDA - conterem um certo nível de engessamento dos processos de descrição, ainda assim, indicam atributos que correspondem aos aspectos subjetivos que permeiam a obra e sua autoria. Portanto, cabe aos bibliotecários adotarem os atributos descritivos que ampliem a compreensão dos usuários sobre os elementos subjetivos que compõem as obras catalogadas, uma vez que os marcadores sociais, são fundamentais para garantir que as obras sejam reconhecidas em suas particularidades, possibilitando uma representação mais justa da diversidade social e cultural.

A indexação, que é o processo de representar o conteúdo de um documento utilizando termos que representem o seu tema (FUJITA; SANTOS, 2016), é significativamente influenciada pelas diretrizes normativas e pelos formatos de catalogação. A inclusão de marcadores sociais possibilita que as bibliotecas ofereçam buscas mais detalhadas, permitindo que os usuários encontrem materiais que retratam suas identidades e experiências específicas. Além disso, a disseminação de marcadores sociais é ampliada por meio de OPACs e bases de dados. Quando as bibliotecas adotam formatos de catalogação que incluem informações sobre as características dos autores, elas não apenas colaboram para a visibilidade das obras, mas também contribuem para a valorização de vozes que têm sido historicamente silenciadas.

Os formatos como o MARC 21 permitem que as informações sejam facilmente acessadas e compartilhadas entre diversos sistemas e plataformas. A utilização de campos e subcampos específicos, como os citados no tópico anterior, viabiliza a inclusão de marcadores sociais que expressam a identidade dos(as) autores(as) e a importância de suas experiências. A adição de subcampos que

podem descrever características étnicas, sociais e de gênero fornecem uma base para indexação de materiais que abordam questões sociais importantes. Essa abordagem é fundamental em um contexto em que a representatividade é cada vez mais valorizada na literatura e na cultura.

Isso enriquece os catálogos das bibliotecas e oferece aos usuários uma valiosa ferramenta de exploração e compreensão da diversidade cultural. Com o crescente reconhecimento da importância da diversidade e representatividade, é vital que as unidades de informação aprimorem suas práticas de catalogação para garantir que os marcadores sejam amplamente representados e acessados. Assim, criando um ambiente um espaço onde todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou evidenciar a importância da inclusão dos marcadores sociais no processo de catalogação, destacando a representatividade de escritores(as) negros. Conforme apresentado, práticas biblioteconômicas críticas e inclusivas são fundamentais para garantir que os acervos reflitam a diversidade social e cultural, promovendo uma efetiva democratização do acesso ao conhecimento.

A pesquisa revelou que, embora a BCEB adote diretrizes como o código AACR2 e o formato MARC 21, a inclusão de marcadores sociais ainda está no estágio inicial, e não há, de fato, uma norma que regulamente o processo na biblioteca, demandando maior atenção e esforço por parte dos profissionais catalogadores.

Mey e Silveira (2009) ressaltam que a catalogação representa um diálogo entre as mensagens contidas nos registros do conhecimento e as necessidades dos usuários. Essa mediação torna-se ainda mais importante no caso da BCEB, uma instituição que está situada no estado com a maior população negra do país e, portanto, necessita atualizar sua política de catalogação visando o perfil da sua comunidade usuária, em uma perspectiva inclusiva e crítica.

Há a responsabilidade de utilizar os formatos de catalogação como o MARC 21 para registrar de forma adequada os atributos de identidade dos autores, sendo necessário ampliar o uso dos campos e subcampos do formato pelos profissionais da informação, para proporcionar uma representação mais justa e equitativa.

A necessidade de se adotar uma perspectiva crítica na Biblioteconomia se faz mais necessária do que nunca, sobretudo diante das desigualdades e invisibilidades históricas que influenciam os sistemas de organização da informação. Conforme visto no referencial teórico desta pesquisa, Ribeiro (2017) defende amplamente a ruptura com discursos universalizantes, em prol da promoção de múltiplas vozes, enquanto Moraes e Almeida (2013) complementam que a organização da informação não é neutra, mas influenciada pelos contextos culturais e sociais. Isso exige uma postura crítica e consciente dos bibliotecários para assegurar a democratização do acesso ao conhecimento.

Vale citar que, durante o desenvolvimento desta pesquisa, foram enfrentadas algumas dificuldades. Primeiramente não foi possível o acesso ao

GETEC, setor responsável pela catalogação da BCEB. As entrevistas foram direcionadas para outro setor, o que acabou por limitar a coleta de informações sobre práticas específicas de catalogação. Outra dificuldade foi a impossibilidade de obter a lista de aquisições realizadas entre 2019 e 2022, uma informação que deveria ser pública, visto que se trata de uma instituição pública. Estes obstáculos destacam a necessidade de maior transparência e acessibilidade às informações na BCEB.

Além disso, autores como Caires (2010) e Schwarcz (2019) salientam que os marcadores sociais são essenciais para compreender as desigualdades e hierarquias sociais. Diante disso, comprehende-se nesta pesquisa que a inclusão de marcadores sociais na catalogação não possibilita apenas aumentar a visibilidade de autores que pertencem a grupos minoritários, mas também interromper apagamentos históricos e promover diversidade cultural mais ampla nos acervos.

Portanto, é imprescindível que bibliotecas públicas como a BCEB, compreendam sua responsabilidade social e atuem como agentes transformadores na construção de uma sociedade mais justa e representativa. E para isso, é fundamental a adoção de práticas catalogadoras inclusivas. Como afirmam Koontz e Gubin (2012), o desenvolvimento de acervos que refletem a pluralidade da sociedade é fundamental para que as bibliotecas cumpram seu papel social e cultural.

A transparência na gestão pública, a sensibilização dos profissionais da informação e a adesão de práticas inclusivas são fundamentais para que as bibliotecas cumpram sua função como espaços verdadeiramente democráticos. Adotar uma perspectiva crítica vai além de necessidades acadêmicas, é um compromisso com a promoção da diversidade, a inclusão e a democratização do acesso ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloísa, Buarque de *et al.* Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva. In: SAGGESE, G. S. R. *et al* (org.). **Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade e classe em perspectiva antropológica**. São Paulo: Terceiro Nome: Gramma, 2018. p. 9-30. (Coleção Antropologia Hoje).

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. Londrina: Eduel, 2003.

ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. C. Representação no domínio bibliográfico: um olhar sobre os formatos MARC 21. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l], v. 20, n.1, p.54-74, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/W8zNQzdJvdVDhRqXxS3Vksj>. Acesso em: 07 abr. 2024.

BAHIA. Fundação Pedro Calmon. **Bibliotecas estaduais**. Disponível em: <http://www.fpc.ba.gov.br/bibliotecas/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BARBOSA, Alice Príncipe Barbosa. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: Brasilart, 1978.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCpmhy>. Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Biblioteca Central do Estado da Bahia**. Disponível em: <http://bibliotecas.cultura.gov.br/espaco/201222/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

CAIRES, Luiza. **Núcleo estuda marcadores sociais da diferença**. 2010. Disponível em: <https://www.plurale.com.br/site/noticias-detalhes.php?cod=7354&codSecao=7>. Acesso em: 16 maio 2024.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

CUNHA, Murilo Bastos da. Metodologias para estudo dos usuários de informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, [s. l], v. 10, n. 2, p. 5-19, jul./dez. 1982. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbssb/article/view/30334>. Acesso em: 07 jun. 2024.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO (PIC). Tradução: Marcelo Votto Texeira. [Den Haag]: IFLA, 2018. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/89>. Acesso em: 03 abr. 2024.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão?. **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 113-122, maio/ago., 2006.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 59-76, jan./abr., 2016.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. 2. ed.rev. ampl. Rio de Janeiro: FBN, 2010.

GATES, Racquel J.; GILLESPIE, Michael B. **Reivindicando os Estudos de Filme e Mídia Pretos**. Tradução: Kênia Freitas, Heitor Augusto [interlocução]. 2019. Disponível em: <https://abraccine.org/traducoes-abraccine/>. Acesso em: 07 nov. 2024.

GAUDÊNCIO, M.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C.; Cortês, G. R. Expandindo o cosmos da representação social do conhecimento por meio da categorização de marcadores sociais da diferença. **Liinc em Revista**, [s. l.], v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4297>. Acesso em: 13 maio 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38183>. Acesso em: 07 jun. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira; SANTOS, Raquel do Rosário. Representação e organização da informação científica como ações de mediação implícita: compromisso da biblioteca universitária como ethos da ciência e a afiliação acadêmica. In: ALBUQUERQUE, M. E. B. C. et al. (org.) **Representação da informação**: um universo multifacetado. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. p. 29-54.

GROEHS, Adriane; CARRARO, Jéssica; PEREIRA, Ana Maria. A implantação da RDA em bibliotecas universitárias e bibliotecas nacionais no cenário mundial. **Revista ACB**, Santa Catarina, v. 26, n. 3, p. 1-10. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1833>. Acesso em: 05 abr. 2024.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categoria. In: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca (org.). **Marcadores sociais das diferenças**: fluxos, trânsitos e

intersecções. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 27-54. (Coleção Diferenças).

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles de. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara (org.). **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Tradução: Antonio Angenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2012.

LESSA, Bruna. Biblioteca pública: do conceito às políticas públicas. In: LESSA, Bruna; LINS, Ivana (org.). **Pra que serve a biblioteca pública?**: novas configurações para o século XXI. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 15-44.

LOPES, F. C.; BORTOLIN, S.; SILVA, M. N. O negro e a mediação: a ciência da informação como campo de discussão étnico-racial. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. Anais [...] João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/3026>. Acesso em: 27 maio 2024.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7367/5596>. Acesso em: 27 mar. 2023.

MANIFESTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA IFLA-UNESCO 2022. Tradução: FEBAB. [Den Haag]: IFLA, 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 19 abr. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEY, Eliane Serão Alves; SILVEIRA, Naiara Christofeletti. **Catalogação no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

MIRANDA , Antonio. A missão da biblioteca pública no Brasil . **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 69–75, jan./jun.,1978. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/29061>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MORAES, Marielle Barros de; ALMEIDA, Marco Antonio de. Mediação da Informação, Ciência da Informação e Teorias Curriculares: a transdisciplinaridade na formação do profissional da informação. **Informação & Informação** (UEL. Online), v. 18, p. 175-198, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276231350_. Acesso em: 18 nov. 2024.

MOREIRA, Walter; RIBEIRO, Thiago. Introdução ao uso dos protocolos SRU/SRW: ferramentas para a catalogação cooperativa. **Perspectivas em Ciências da**

Informação, [s.l.] v. 13, n. 3, p. 167-182, set./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23562>. Acesso em: 07 abr. 2024.

PELÚCIO, Larissa. Social markers of difference in the experiences of transvestites coping with AIDS. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, Brasil, v. 20, n. 1, p. 76–85, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29772>. Acesso em: 15 maio 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é:** lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS *et al.* Marcadores sociais e decolonialidade no contexto da mediação da informação e das práticas informacionais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 2, p. 48–68, 2023. Disponível em: <https://revistas.usp.br/incid/article/view/206360>. Acesso em: 16 maio 2024.

SANTOS *et al.* Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press Journal of Orthodontics**, Maringá, v. 15, n. 3, p. 121-124, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dpjo/a/cpSn3rmDvrkMNTHj7bsPxgh>. Acesso em: 16 maio 2024.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. Prefácio. In: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca (org.). **Marcadores sociais das diferenças:** fluxos, trânsitos e intersecções. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 8-19. (Coleção Diferenças).

SILVA, Danielle de Lima e. Sistema de classificação documentária: cdd x cdu. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17420>. Acesso em: 8 abr. 2024.

SOARES, Francisco Sérgio Mota et al. **A biblioteca pública da Bahia:** dois séculos de história. Salvador: FPC, 2011.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago., 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/887>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira:** desempenho e perspectivas. 1979. 103 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1979.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores Sociais da Diferença. Sociologia: grandes temas do

conhecimento (Especial Desigualdades), São Paulo, v. 1, p. 14-18, 2014. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509716/mod_resource/content/0/ZAMBONI_MarcadoresSociais.pdf. Acesso em: 16 maio 2024.

ANEXO A - REGISTRO DO LIVRO A COR DO PRECONCEITO

001	181275
003	BR-BaBpB
005	20200124101600.0
008	200124s2018 spba jr# #000 1#por#c
020	\$a 9788508109371 (broch.)
040	\$a BR-BaBPB \$c BR-BaBPB
082 0 4	\$a 028.5
090	\$a 028.5 \$b C211c
100 1	\$a Campos, Carmen Lúcia
245 1 0	\$a A cor do preconceito/ \$c Carmen Lúcia Campos; Sueli Carneiro; Vera Vilhena ; ilustração de Robson Araújo
250	\$a 2. ed.; 11 imp.
260	\$a São Paulo : \$b Ática, \$c 2018.
300	\$a 135 p. : \$b il. ; color.
490 1	\$a Coleção jovem cidadão
650 0 4	\$a Literatura infantojuvenil \$x Negros
	\$a Racismo \$x Preconceito
	\$a Cidadania \$x Literatura infantojuvenil
	\$a Negros \$z Brasil \$x Condições sociais
700 1	\$a Araujo, Robson Alves de \$e ilustrador
830 0	\$a Coleção jovem cidadão

Fonte: Sistema Pergamum BCEB, 2024.

ANEXO B - REGISTRO DO LIVRO GOSTO DE ÁFRICA: HISTÓRIAS E LÁ E DAQUI

001	186843
005	20221126115200.0
008	810s20 2020 spba gr# #000 1dpor#c
020	\$a 9788526010208 (broch.)
040	\$a BR-BaBPB
082 0 4	\$a 028.5
090	\$a 028.5 \$b S235g
100 1	\$a Santos, Joel Rufino dos, \$d 1941-2015
245 1 0	\$a Gosto de África: \$b histórias de lá e daqui/ \$c Joel Rufino dos Santos; ilustrações Cláudia Scatamacchia
250	\$a 4. ed., 18. reimpr. -
260	\$a São Paulo: \$b Global, \$c 2020.
300	\$a 44 p.: \$b il.;
650 0 4	\$a Literatura infantojuvenil brasileira
650 0 4	\$a Negros \$z Brasil \$x Literatura infantojuvenil
650 0 4	\$a Negros \$z África \$x Literatura infantojuvenil
700 1	\$a Scatamacchia, Cláudia, \$d 1946-

Fonte: Sistema Pergamum BCEB, 2024.

ANEXO C - REGISTRO DO LIVRO TUNDE E AS AVES MISTERIOSAS

001		190716
003		BR-BaBPB
005		20230906105800.0
008		230906s2020 baba jr# #000 j#por#c
020		\$a 9786599244308
040		\$a BR-BaBPB \$c BR-BaBPB
041	1	\$a por
082	0 4	\$a 028.5
090		\$a 028.5 \$b S233t
100	1	\$a Santos, Ana Fátima Cruz dos, \$d 1986-
240		\$i Português
245	1 0	\$a Tunde e as aves misteriosas / \$c Ana Fátima Cruz dos Santos; ilustrações de Salamanda
260		\$a Salvador : \$c 2020.
300		\$a 32 p. : \$b il. color. ;
500		\$a Inclui QR Code para as línguas inglesa e Libras. \$a Interpretação em Libras por Dilcinea Reis
650	0 4	\$a Literatura infantojuvenil brasileira
	0 4	\$a Literatura infantojuvenil \$x Negros
	0 4	\$a Negros na literatura

Fonte: Sistema Pergamum BCEB, 2024.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 1) Descreva a política de catalogação na Biblioteca Central do Estado da Bahia.
- 2) Quais as ferramentas utilizadas (códigos, formatos, etc.) durante o processo de catalogação?
- 3) Quais são os critérios utilizados para definir os campos do registro bibliográfico?
- 4) Como é realizada a catalogação de obras de autores(as) negros(as)? Existem campos específicos para a inclusão de marcadores sociais?
- 5) Você vê potencialidades em campos do Marc que possam ser descritos atributos de marcadores sociais? Cite exemplos.
- 6) Quais as suas impressões sobre o sistema Pergamum? Atende às necessidades do setor? Justifique.
- 7) Quantos bibliotecários fazem parte da equipe de catalogação?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a) _____

Esta pesquisa é sobre a biblioteca e obras de autores(as) negros(as) e está sendo desenvolvida por Verônica Dias da Silva, aluna do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da Professora Ana Claudia Medeiros de Sousa.

O objetivo do estudo é evidenciar os atributos de representação adotados pela BCEB na catalogação de obras de autores(as) negros(as). Para tanto, solicitamos a sua colaboração para aplicação de entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo no Trabalho de Conclusão de Curso, em revistas e eventos científicos da área.

Esclarecemos que a participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora.

A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Contato da Pesquisadora Responsável: email - veudsilva@gmail.com e ou telefone - (71) 98606-2520.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a), aceito participar da pesquisa e dou o meu consentimento para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável